

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE ÍLHAVO

2020

“O Plano de Desenvolvimento Social procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social dos Concelhos.”

In Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social



Ficha Técnica

Núcleo Executivo

- Câmara Municipal de Ílhavo
- Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)
- Centro Distrital de Aveiro, Instituto da Segurança Social, I.P.
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo



Constituição do Conselho Local de Ação Social de Ílhavo

- Agrupamento de Centros de Saúde (ACES), Baixo Vouga II
- Associação Aquém Renasce
- Associação de Solidariedade Social da Gafanha do Carmo
- Câmara Municipal de Ílhavo
- Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)
- Centro Distrital de Aveiro, Instituto da Segurança Social, I.P.
- Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar – FOR-MAR de Ílhavo
- Centro Paroquial de Assistência e Formação D. Manuel Trindade Salgueiro
- Centro de Respostas Integradas (CRI) de Aveiro
- Centro Social e Paroquial da Gafanha da Encarnação
- Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré
- Centro Social Padre José Kentenich
- Conferências S. Vicente de Paulo de Ílhavo
- Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro (CERCIAv)
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Encarnação
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha da Nazaré
- Grupo Cáritas Paroquial da Gafanha do Carmo
- Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)
- Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação
- Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré
- Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo
- Junta de Freguesia de S. Salvador
- Lar Divino Salvador
- Lions Clube de Ílhavo
- Ministério da Educação e Ciência
- Obra da Providência
- Património dos Pobres da Freguesia de Ílhavo
- Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo



Mensagem do Presidente do Conselho Local de Ação Social

A Câmara Municipal de Ílhavo, tem no domínio da Ação Social uma intervenção de proximidade, em articulação com um conjunto de parceiros que, pela conjugação de esforços e valências, têm uma intervenção mais atenta e abrangente, junto de famílias que apresentam uma situação económica mais frágil.

No sentido de aprofundar as respostas sociais já disponíveis, foi elaborado o Diagnóstico Social, aprovado em novembro de 2019, que identificou problemas e prioridades de intervenção. Partindo deste diagnóstico, e numa perspetiva de melhoria do serviço prestado, será possível passar de um nível de conhecimento para um nível de decisão, desenhando orientações e cenários de transformação da atual realidade social.

Assim, o Plano de Desenvolvimento Social do Município de Ílhavo, em vigor para o período de 2020 a 2025, afirma-se como um instrumento de importância estratégica, partindo dos problemas e prioridades previamente assinaladas, apresentando um conjunto de ferramentas complementares conducentes a um crescimento coeso, tendo subjacente o bem-estar e qualidade de vida.

Com este instrumento, a Rede Social de Ílhavo pretende proporcionar a resposta adequada às reais necessidades da população, tendo sempre por base a valorização e rentabilização das estruturas e dinâmicas existentes no Município, que em parceria se elevam o seu potencial na gestão social do nosso território, pelo seu saber e competências específicas, que lhes dão legitimidade para promoverem soluções preconizadas ao nível da planificação e intervenção, dando primazia a projetos que apostem no desenvolvimento local sustentado.

Termino agradecendo todos os parceiros pela participação, que se tornou um elemento-chave na definição das prioridades de intervenção, mas sobretudo por todo o empenho e trabalho que se propõem a realizar, pois é fundamental continuar esta tarefa de forma determinada e convicta, no sentido da concertação de esforços e iniciativas, com vista à execução dos objetivos a que se propõe esta Rede Social.

Um bem-haja a todos, estamos Juntos neste desígnio!

Conto convosco.

Fernando Caçoilo

O Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo



Siglas e acrónimos

ASI – Atendimento Social Integrado

CARDA – Centro de Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro

CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo

CDSS – Centro Distrital da Segurança Social

CDT – Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência

CLAS – Conselho Local de Ação Social

CMI – Câmara Municipal de Ílhavo

CPCJ - Comissão Proteção Crianças e Jovens

CRI – Centro de Respostas Integradas

CV – Curriculum Vitae

FMAFIC – Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Individuos Carenciados

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade

NLI – Núcleo Local Inserção

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

RNAIM – Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

SAFE – Serviço de Apoio à Formação e Emprego

SNS – Serviço Nacional de Saúde



Índice

<i>Introdução</i>	7
<i>Enquadramento</i>	9
Missão.....	9
Visão	10
Valores	10
<i>A Rede Social de Ílhavo – situação atual</i>	12
Conselho Local de Ação Social.....	12
Núcleo Executivo	13
<i>O PDS 2014 – 2016</i>	15
<i>Processo metodológico de construção do PDS 2020 – 2025</i>	17
<i>Do diagnóstico à intervenção</i>	18
<i>Áreas prioritárias na intervenção social no Concelho de Ílhavo</i>	20
Eixo 1: Comportamentos Aditivos.....	20
Eixo 2: Diversidade Cultural	21
Eixo 3: Habitação	22
Eixo 4: Respostas Sociais.....	22
<i>Planeamento e implementação de 2020 a 2025</i>	23
<i>Modelo de monitorização, acompanhamento e avaliação</i>	25
Modelo de avaliação para PDS	25
Monitorização e acompanhamento	25
Avaliação no contexto de intervenção em rede	26
<i>Anexos</i>	27
Matriz e enquadramento lógico segundo os eixos de intervenção.....	28
Dispositivos de Planeamento Integrado.....	31
Sistema de articulação.....	31
Contextos de integração	31
Integração de instrumentos locais de planeamento.....	32
Integração de instrumentos regionais e nacionais	33
<i>Referências Bibliográficas</i>	37



Introdução

Na sequência do Diagnóstico Social de Ílhavo, aprovado em CLAS a 4 de novembro de 2019, que possibilitou através de um trabalho participado, concertado e articulado, o conhecimento da realidade social do concelho, permitindo o levantamento dos principais problemas existentes, necessidades sentidas em diferentes áreas e os recursos disponíveis para as trabalhar, urge o Plano de Desenvolvimento Social, com o intuito de apresentar uma estratégia a cinco anos (2020-2025), que será operacionalizada em Planos de Ação anuais.

O processo de planeamento integrado de intervenção no âmbito da Rede Social, e de acordo com o artigo 34º do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, promove a cobertura equitativa e adequada de serviços e equipamentos e a rentabilização dos recursos locais com o objetivo de estimular o desenvolvimento social local através de ferramentas como o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação.

O Plano de Desenvolvimento Social, de ora em diante designado por PDS, é um “instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.” (Departamento de investigação e conhecimento - Núcleo da Rede Social, 2002)

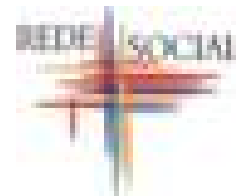
Pretende-se com este PDS traçar um retrato do que é considerado para o concelho de Ílhavo como uma situação desejável, realista, que dê resposta às rápidas transformações que ocorrem na sociedade.

Decorridos 3 anos do último PDS (que vigorou de 2014 a 2016), surge a necessidade de repensar os objetivos estratégicos.

Depois de contextualizar a situação atual da Rede Social de Ílhavo e de uma breve avaliação do PDS 2014 – 2016 será explanado o processo metodológico de construção do PSD 2020 – 2025, seguindo-se todo o seu planeamento estratégico. Apresentam-se as orientações e cenários de transformação da realidade face aos problemas e prioridades identificadas no diagnóstico, determinando-se as estratégias de intervenção e objetivos a alcançar para cada um dos quatro eixos estratégicos em função das temáticas verificadas no diagnóstico: Comportamentos Aditivos, Diversidade Cultural, Respostas Sociais e Habitação.



Certos de se tratar de um plano realista, assente em objetivos concretizáveis, será numa fase final apresentado o modelo de monitorização, acompanhamento e avaliação.



Enquadramento

Entende-se por Plano de Desenvolvimento Social (PDS), a “definição de um plano estratégico para 3/5 anos no qual se definem estratégias de intervenção, bem como os objetivos a alcançar” (Instituto da Segurança Social, 2004).

Trata-se de um “instrumento de definição conjunta e contratualizada de objetivos prioritários, servindo de enquadramento às intervenções para a promoção do desenvolvimento social local” (idem).

Desta forma, pretende-se com o recurso a uma lógica de complementaridade e articulação entre todos os parceiros, adequar a intervenção às reais necessidades detetadas no concelho de Ílhavo, assim como rentabilizar os contributos de todos para se delinearem soluções e estratégias adaptadas e sustentáveis que permitam também o envolvimento dos seus destinatários.

Pretende-se com este documento definir uma estratégia que conduza o concelho de Ílhavo a uma situação social desejável e realista. Para tal, encontram-se explanados ao longo do documento as linhas orientadoras/eixos estratégicos, tendo por base as problemáticas identificadas, os objetivos gerais e específicos a alcançar, assim como a estratégia definida e caminhos a percorrer para alcançar o que se deseja para o concelho.

Missão

A missão do Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Ílhavo procura definir e identificar para além do seu propósito fundamental, a sua razão de ser, finalidade e o porquê da sua existência.

Face ao exposto, formula-se a **Missão**:

Propor e executar as políticas locais de desenvolvimento social e integrado do concelho, promovendo o planeamento e o desenvolvimento de projetos, medidas e ações nas áreas estratégicas, visando minimizar as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida e o desenvolvimento socio-territorial, potenciando sinergias, competências e recursos no sentido de garantir uma maior eficácia, cobertura e organização do conjunto de respostas e equipamentos sociais ao nível local.



Visão

Considerando a Visão como um processo, e não um objetivo, será através desta que se irão produzir diferentes oportunidades de desenvolvimento, assentes na identidade e valores do nosso concelho.

Pretende-se com a Visão expor a vontade de gerar e aproveitar oportunidades que garantam melhores condições para fazer de Ílhavo um concelho onde viver, estudar, trabalhar, socializar e ser destino de referência, seja uma realidade que o torna mais do que um exemplo, um território oportuno e propício ao investimento.

Face ao exposto, formula-se a **Visão**:

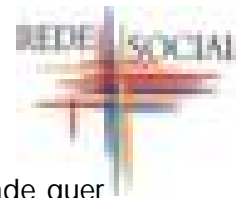
Concelho com modelos de desenvolvimento local sustentáveis e eficientes, ajustados às potencialidades/fragilidades locais, tornando-o num território inclusivo, sustentável e empreendedor que promova o envolvimento e desenvolvimento da sua comunidade, com pleno exercício da sua cidadania.

Valores

Para se atingirem os objetivos, cumprir a missão do Plano de Desenvolvimento Social e concretizar a visão futura é preciso que os parceiros/agentes envolvidos tenham consciência dos valores inerentes ao PDS.

Entendendo os valores como os princípios que devem orientar toda a dinâmica de trabalho, guiando comportamentos, atitudes e decisões de todos os envolvidos, respeitando a posição individual e as responsabilidades de todos, defendem-se como valores:

- ✓ **Solidariedade** – reconhecendo que para servir o bem comum é necessário servir às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social
- ✓ **Responsabilidade Social** – através do empenho e dedicação no sentido de alcançar os objetivos propostos e o respetivo impacto na comunidade, através de um serviço humanizado, assente em padrões de comportamento ético e humano
- ✓ **Integridade, motivação e espírito de equipa** – promovendo uma política de honestidade, equidade e rigor, tendo por base o respeito pelo outro, acreditando que com motivação e espírito de equipa se pode beneficiar o relacionamento entre todos os envolvidos, conduzindo a um futuro mais solidário e fraterno entre todos os parceiros e a própria comunidade



- ✓ **Confiança** – procurando dar o melhor de cada um, através da credibilidade quer individual como coletiva, pretende-se estimular a interação, disponibilizar apoio e segurança a todos aqueles com quem nos relacionamos
- ✓ **Equidade** – sustentando a atuação em princípios de isenção, igualdade e justiça
- ✓ **Responsabilidade**- concretizando cada passo com espírito de missão, dedicação e lealdade, valorizando a cidadania e o serviço público
- ✓ **Compromisso/responsabilidade** – através de uma gestão responsável, baseada no progresso contínuo, ambição no conhecimento, inovação e espírito empreendedor, comprometemo-nos a alcançar os melhores resultados, assentes em elevados padrões de profissionalismo que é preciso no “saber”, “saber fazer” e “saber ser” pautado no respeito com todos os envolvidos – parceiros, técnicos e comunidade
- ✓ **Transparência** – promovendo uma atuação baseada em práticas organizacionais com processos transparentes e relações claras e operativas, garantindo sempre o cumprimento da legalidade, monitorizando e avaliando o desempenho, pelo que se disponibilizará para, sempre que considerado necessário, se submeter a apreciação externa, quer por entidades fiscalizadoras como pelos cidadãos
- ✓ **Participação** – a rede social promove a mobilização de todas as pessoas interessadas, numa lógica de democracia participativa, através do desenvolvimento de parcerias com agentes públicos e privados numa lógica de rede que permita a rentabilização de recursos e a otimização de resultados
- ✓ **Eficácia na gestão** – a rede social de Ílhavo propõe-se a cumprir com as suas responsabilidades e a alcançar os objetivos estratégicos propostos, recorrendo a práticas de gestão orientadas para a maximização dos recursos disponíveis
- ✓ **Conhecimento** – através da promoção de formação profissional, valorização de competências e constante aprendizagem de forma a saber fazer mais e melhor
- ✓ **Sustentabilidade** – cuidar do presente e do futuro de Ílhavo, conciliando as necessidades de hoje sem comprometer o amanhã
- ✓ **Dedicação, empenho e valorização** – através da valorização e desenvolvimento pessoal e profissional, promovendo a aprendizagem constante e rigorosa, rentabilizando os talentos individuais em prol da satisfação da população, tendo em consideração as suas necessidades e expectativas
- ✓ **Qualidade** – procurando fazer melhor, inovar e apostar no rigor de métodos e processos



A Rede Social de Ílhavo – situação atual

De acordo com o Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, a Rede Social, “impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abarcando atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social ao nível local. Este trabalho de parceria tem vindo a ser alvo de uma enriquecedora atualização também na perspetiva da promoção da igualdade de género.

Por diferentes razões, a pobreza e a exclusão social atingem em particular grupos de população mais vulneráveis, destacando-se as pessoas idosas, as pessoas com deficiências e os imigrantes, havendo necessidade de ter em especial atenção as estratégias de intervenção para estes grupos alvo.”

Dando continuidade ao trabalho empenhado da Rede Social de Ílhavo, o ano de 2020 ficará assinalado pela implementação de um novo PDS, cuja vigência será 2020-2025, com o objetivo de trazer ao concelho de Ílhavo um novo ciclo de planeamento estratégico.

Pretende-se desta forma concretizar o previsto no Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, que encara a Rede Social como promotora de um “novo tipo de parcerias entre entidades públicas e privadas, atuando nos mesmos territórios, baseada na igualdade entre os parceiros, no respeito pelo conhecimento, pela identidade, potencialidades e valores intrínsecos de cada um, na partilha, na participação e na colaboração, com vista à consensualização de objetivos, à concertação das ações desenvolvidas pelos diferentes agentes locais e à otimização dos recursos endógenos e exógenos ao território”.

Conselho Local de Ação Social

A Rede Social de Ílhavo é constituída por 28 entidades que formam o Conselho Local de Ação Social - CLAS.

De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, o CLAS é um órgão plenário de concertação e congregação de esforços e recursos, por adesão livre de entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que se constitui como um espaço privilegiado de diálogo, análise e decisão, com o intuito de promover e contribuir para a minimização/erradicação ou atenuação da pobreza, exclusão social no sentido de promover o desenvolvimento social no concelho de Ílhavo.

De acordo com a mesma legislação, artigo 26º, compete ao CLAS entre outros:



- a) Fomentar a articulação entre organismos públicos e entidades privadas, visando uma atuação concertada na prevenção e resolução dos problemas locais de exclusão social e pobreza;
- b) Promover e garantir a realização participada do diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e dos planos de ação anuais;
- c) Analisar e aprovar instrumentos como o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e os Planos de Ação;
- d) Apreçar e aprovar os pareceres sobre a cobertura equitativa e adequada do concelho por serviços e equipamentos sociais, assim como pareceres relativamente a propostas que sejam apreciadas relativamente à planificação do trabalho a desenvolver pelo CLAS.

Núcleo Executivo

Por sua vez, o Núcleo Executivo é o órgão operacional da Rede Social, sendo representado por técnicos de entidades que fazem parte do CLAS, que tem como competências, de acordo com o Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, entre outras:

- a) Garantir a realização e atualização de documentos como o diagnóstico social, o plano de desenvolvimento social, os planos de ação anuais e as respetivas avaliações;
- b) Operacionalizar, monitorizar, acompanhar e avaliar as várias intervenções;
- c) Organizar e dinamizar os plenários de CLAS;
- d) Emitir pareceres sobre as várias candidaturas de âmbito concelhio ao nível da intervenção social;
- e) Divulgar resultados relativos ao trabalho desenvolvido pela Rede Social;
- f) Implementar, gerir e dinamizar o sistema de informação;
- g) Preparar e organizar ações de sensibilização e fóruns de discussão para os parceiros;
- h) Garantir a dinamização dos grupos de trabalho;
- i) Coordenar e assegurar as decisões do Plenário do CLAS.

No caso de Ílhavo, este é assegurado por cinco entidades, nomeadamente

- ✓ Câmara Municipal de Ílhavo
- ✓ Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo (CASCI)



- ✓ Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Aveiro, IP.
- ✓ Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Nazaré
- ✓ Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo



O PDS 2014 – 2016

O PDS 2014-2016 foi um instrumento onde se hierarquizaram prioridades que definiram a estratégia de intervenção para este concelho no horizonte social até 2016. Este plano apresentou uma estratégia para atingir uma situação social desejável, mas realista, no território, orientando as respostas para as necessidades individuais e coletivas.

Das conclusões suportadas pelo Diagnóstico Social 2009, surgiram como eixos prioritários:

- ✓ Natalidade
- ✓ Empregabilidade
- ✓ Envelhecimento Ativo e de Qualidade
- ✓ Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- ✓ Qualificação dos Profissionais de Intervenção Social
- ✓ Etnias

Do levantamento de necessidades para elaboração do diagnóstico social 2020, foi notória uma mudança com melhorias verificadas em aspetos trabalhados pelo PDS 2014 – 2016, das quais se destacam a título de exemplo:

- ✓ Natalidade
 - Verificou-se um aumento, embora pouco significativo, da taxa de natalidade
 - Não foi uma área muito trabalhada com ações concretas face à especificidade desta problemática
 - Surgiu o Cartão Família como apoio a famílias numerosas
 - Imposto Municipal sobre Imóveis, com dedução para dependentes
 - Atribuição de Ação Social Escolar (ensino pré-escolar público e 1º ciclo do ensino básico) para famílias numerosas
- ✓ Empregabilidade
 - Redução do número de desempregados inscritos no IIEFP
 - Foi uma preocupação destacada em todos os planos de ação anuais
 - Surgiram novas respostas, como um GIP adicional, para responder a estas necessidades
 - Verificou-se um aumento das medidas de promoção de formação



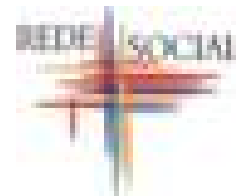
- ✓ Envelhecimento Ativo e de Qualidade
 - O concelho passou a ser reconhecido pelas boas práticas no âmbito do *Ageing in Place*
 - Aumento de participação nas dinâmicas por parte da comunidade com 60 ou mais anos
 - Existência de novos projetos nesta área
 - Município Amigo da Pessoa Idosa

- ✓ Sustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social
 - Verificou-se um esforço por parte das IPSS no sentido de minimizar os custos com a partilha de serviços/compras
 - Surgiram situações de agricultura de subsistência às respostas das próprias IPSS e em casos de excedente, para venda

- ✓ Qualificação dos Profissionais de Intervenção Social
 - Realização de ações de formação/sensibilização para técnicos de acompanhamento, chegando esta a ser uma área privilegiada nos diferentes planos de ação

- ✓ Etnias
 - Trabalho de competências profissionais
 - Maior valorização da escola
 - Reconhecimento da importância de se trabalhar esta população, nomeadamente na sua integração em contexto laboral

Não obstante o último PDS ser de 2014-2016, verificou-se no concelho a existência de planos de ação anuais elaborados numa plataforma conjunta entre a rede, em Ílhavo, designado Atendimento Social Integrado - ASI e o Núcleo Local de Inserção - NLI. A reflexão contínua das problemáticas sociais permitiu um conhecimento atualizado das dificuldades/potencialidades sociais, levando à facilidade de o Núcleo Executivo dar resposta a pedidos de Parecer que foram surgindo.



Processo metodológico de construção do PDS 2020 – 2025

O PDS de Ílhavo não é um plano estratégico inalterável, mas um documento flexível que permite a inclusão de novos objetivos, estratégias, ações, metodologias e novas parcerias. Tendo por base esta premissa, procura-se ir ao encontro das alterações sociais e responder a novos desafios e oportunidades que possam surgir, de forma a potenciar o desenvolvimento social e local, numa linha de crescimento e desenvolvimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Pretende-se com o PDS gerar e desenvolver um quadro estratégico de intervenção e desenvolvimento social do concelho, tornando-se um instrumento estruturante, de deliberação, onde consta um projeto comum de mudança.

Em linha com o diagnóstico social, no PDS definem-se objetivos capazes de responder às necessidades e problemáticas prioritárias, assim como objetivos de desenvolvimento social e local.

Concluído o PDS, prevê-se a elaboração dos Planos de Ação anuais, que serão dinamizados ao longo do período de vigência do PDS (2020-2025), devendo os mesmos ser acompanhados ao longo do seu processo de execução, monitorização e avaliação, com o intuito de promover o desenvolvimento social de acordo com as necessidades identificadas no concelho.

Nos planos de ação serão explorados os quatro eixos estratégicos identificados, procurando concretizar ações que permitam alcançar e concretizar os objetivos gerais e específicos definidos no PDS, identificando detalhadamente cada atividade, os respetivos responsáveis e parceiros, assim como o respetivo cronograma com a identificação temporal de cada dinâmica.



Do diagnóstico à intervenção

Na sequência de algumas conclusões retiradas do trabalho realizado no âmbito da elaboração do Diagnóstico Social de Ílhavo, de reuniões de reflexão em contexto de ASI e da análise de resultados de inquéritos realizados a técnicos da área social e à comunidade em geral, foram identificados eixos prioritários de intervenção, escalpelizados, refletidos e discutidos em sede de reunião de parceiros de CLAS.

São eixos estratégicos prioritários:

- ✓ Comportamentos Aditivos
- ✓ Diversidade Cultural
- ✓ Habitação
- ✓ Respostas Sociais

Com a exploração destes eixos, a Rede Social de Ílhavo pretende fomentar a formação de uma consciência coletiva e responsável dos diferentes problemas sociais e incentivar redes de apoio integrado de âmbito local, procurando, através do trabalho em parceria, a cobertura equitativa do concelho em termos de serviços e equipamentos sociais.

Pretende-se que o PDS que se apresenta traga ao concelho de Ílhavo um novo ciclo de planeamento estratégico que permita responder aos problemas identificados. Assim, para cada eixo estratégico prioritário, as principais necessidades de intervenção são:

- ✓ Comportamentos Aditivos
 - Inexistência de uma equipa de intervenção que acompanhe os indivíduos/famílias do diagnóstico à reintegração.
- ✓ Diversidade Cultural
 - Aumento de migrantes a residir no concelho
 - Irregularidades/inexistência ou morosidade de acesso à documentação por parte dos migrantes
 - Dificuldade no acesso aos serviços/respostas – habitação, saúde, emprego, educação/formação
- ✓ Habitação
 - Necessidade de vagas/alojamento de emergência social
 - Dificuldade de alojamentos disponíveis para arrendamento
 - Elevado custo do parque habitacional



- ✓ Respostas Sociais
 - Insuficiente resposta dos equipamentos para a infância (0-2 anos), envelhecimento e deficiência
 - Inexistência de respostas sociais para a doença mental
 - Necessidade de formação/capacitação dos agentes sociais locais

Depois de delineados os eixos estratégicos, identificaram-se as prioridades de intervenção, de cada problema observado:

- ✓ Comportamentos Aditivos
 - Prevenir os comportamentos aditivos e de risco promovendo a saúde
 - Promover a qualidade de vida das pessoas com doença mental e das suas famílias e cuidadores

- ✓ Diversidade Cultural
 - Promover a inclusão de pessoas em risco de pobreza e exclusão social
 - Promover uma cultura de cidadania, de responsabilidade e de participação
 - Potenciar o trabalho e a ação da Rede Social no combate à pobreza e exclusão social e promoção do desenvolvimento sócio local

- ✓ Habitação
 - Promover medidas de promoção de apoio à família

- ✓ Respostas Sociais
 - Melhorar a cobertura de equipamentos, respostas sociais e serviços
 - Promover um envelhecimento saudável e uma melhoria da qualidade de vida
 - Promover o alargamento, a diversificação e a requalificação das instituições e respostas sociais

Definidas as prioridades, foi delineado um conjunto de objetivos gerais, objetivos específicos e um levantamento dos recursos disponíveis para a sua concretização. Não obstante ao planeado, o documento pode ser melhorado ao longo do tempo, podendo sofrer alterações e ajustamentos que o tornem mais adequado à realidade e necessidades.



Áreas prioritárias na intervenção social no Concelho de Ílhavo

Os eixos estratégicos para o desenvolvimento social do concelho de Ílhavo procuram expressar as oportunidades e potencialidades existentes neste território e que devem ser potencializadas e otimizadas no sentido de se aproximar a realidade social do ideal.

Eixo 1: Comportamentos Aditivos

Finalidade: Prevenir, reduzir riscos/minimizar danos e reinserir pessoas com comportamentos aditivos

Objetivos Gerais: - Diversificar respostas e promover a articulação das parcerias
 - Potenciar uma melhor utilização dos serviços numa ótica de rentabilização dos recursos existentes
 - Facilitar o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivos Específicos:
 - Até 2025 será desenvolvido, com cada um dos agrupamentos de escolas, um programa de intervenção ao nível dos comportamentos aditivos
 - Até 2025, será realizado um momento de partilha e reflexão para replicar exemplos de boas práticas e abordagens integradas
 - Estabelecer parceria formal ou informal com o CARDA de Aveiro até 2025
 - Até 2025 serão promovidas ações de formação de forma a qualificar os profissionais da comunidade educativa para melhor informação e sensibilização relativa ao funcionamento e formas de aceder aos serviços disponíveis rentabilizando a sua utilização e os recursos existentes
 - Até ao ano 2023 será realizada formação para munir os técnicos com o Know-how específico
 - Promover anualmente um momento de reflexão entre os diferentes parceiros com intervenção nesta área de forma a avaliar o impacto das intervenções e/ou necessidade de repensar a estratégia de intervenção – monitorização

Estratégia:
 - Desenvolver intervenções multicompetentes (informativa, desenvolvimento de competências pessoais e sociais), promovendo uma intervenção ao nível da prevenção, o mais alargada e abrangente possível
 - Capacitar o maior número de técnicos de agrupamentos de escolas, para a sinalização, abordagem e eventual encaminhamento de alunos para Projetos de Prevenção Indicada
 - Criar uma equipa multidisciplinar de intervenção direta que acompanhe os indivíduos/famílias do diagnóstico à reintegração/reinserção
 - Disseminar metodologias de trabalho entre técnicos de diferentes respostas sociais
 - Reforçar a articulação entre os diferentes parceiros com intervenção nesta área
 - Reunir com os parceiros para avaliar o impacto das intervenções e/ou necessidade de repensar a estratégia de intervenção
 - Desenvolver um programa formativo em contexto escolar com base na prevenção de comportamentos aditivos e dependências
 - Capacitar os técnicos de acompanhamento para potenciarem a sua intervenção junto da população com hábitos alcoólicos



Eixo 2: Diversidade Cultural

Finalidade: Proteger os cidadãos em maior vulnerabilidade socioeconómica, garantindo a igualdade de oportunidades e a correção de desigualdades na distribuição de riqueza e rendimento

Objetivos Gerais: - Promover a integração plena de pessoas de diferentes culturas na comunidade local

Objetivos Específicos:

- Elaborar durante o período de vigência do plano um guia de recursos, traduzido, sobre os direitos e deveres do cidadão e os recursos existentes (social e profissionalmente)
- Realizar pelo menos três eventos dedicados ao tema da migração e da interculturalidade até 2025
- Realizar em todos os agrupamentos um evento/ação anual que sensibilize para as questões da migração e da interculturalidade
- Realizar durante o período de vigência do plano duas sessões de informação/formação sobre empregabilidade – técnicas de procura de emprego e elaboração de um CV
- Promover anualmente um momento de reflexão entre os diferentes parceiros com intervenção nesta área de forma a avaliar o impacto das intervenções e/ou necessidade de repensar a estratégia de intervenção – monitorização

Estratégia:

- Contribuir para uma comunicação eficaz no atendimento a cidadãos migrantes
- Esclarecer e informar sobre direitos e deveres dos migrantes, procurando garantir que todos tenham direitos iguais nos acessos aos serviços básicos, aos recursos económicos à participação cultural e política
- Envolver os parceiros, associações e outras entidades em ações de promoção da interculturalidade
- Rentabilizar as parcerias locais existentes, potenciando momentos de reflexão/ação conjunta
- Potenciar a dinamização de respostas e serviços ajustados às necessidades sociais valorizando recursos e pessoas
- Promover a inclusão social de forma multissetorial e integrada
- Assegurar o acesso a medidas de apoio à integração de migrantes
- Promover eventos e ações dedicados ao tema da migração e da interculturalidade



Eixo 3: Habitação

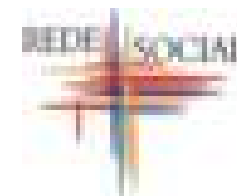
Finalidade: Garantir o acesso ao direito à habitação

Objetivos Gerais: - Otimizar os recursos ao nível da habitação	
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> - Celebrar durante o ano de 2020 um protocolo com as Juntas de Freguesia no sentido de poderem apoiar as despesas decorrentes de situações de emergência - Reformular durante o ano de 2020 o regulamento do FMAFIC com o objetivo de rever critérios de atribuição - Promover anualmente um momento de reflexão entre os diferentes parceiros com intervenção nesta área de forma a avaliar o impacto das intervenções e/ou necessidade de repensar a estratégia de intervenção – monitorização 	
Estratégia:	
<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar respostas de alojamento para pessoas sem-abrigo – alojamento de emergência - Alargar a rede de parceiros envolvidos na intervenção com população sem-abrigo - Adequar as respostas existentes às novas necessidades e realidade social 	

Eixo 4: Respostas Sociais

Finalidade: Promover o alargamento e a diversificação das respostas sociais dirigidas à infância, envelhecimento e saúde mental

Objetivos Gerais: - Fomentar uma adequada cobertura de equipamentos/serviços/respostas sociais face às novas necessidades, desafios e oportunidades	
Objetivos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none"> - Promover encontros anuais com o Núcleo de Respostas Sociais do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro de forma a dar a conhecer a informação sobre os financiamentos/programas e medidas de apoio para alargamento e ou implementação de respostas sociais - Promover anualmente um momento de reflexão entre os diferentes parceiros com intervenção nesta área de forma a avaliar o impacto das intervenções e/ou necessidade de repensar a estratégia de intervenção – monitorização - Realizar durante o período de vigência dos planos dois momentos de reflexão sobre as respostas, ainda que tipificadas, que possam diversificar a sua intervenção respondendo às necessidades específicas da população de forma inovadora e diferenciada - Promover a dinamização de duas ações anuais no âmbito da formação/sensibilização para técnicos/profissionais e cuidadores 	
Estratégia:	
<ul style="list-style-type: none"> - Valorizar estratégias de marketing social enquanto estratégia favorável para o conhecimento das respostas existentes e respetiva valorização social - Disponibilizar informação sobre os financiamentos/programas/medidas de apoio - Promover o conhecimento, a informação, a partilha e a disseminação de boas práticas - Dinamizar sessões de formação/informação 	



Planeamento e implementação de 2020 a 2025

Prioridade	Ação	Parceiros	2020				2021				2022				2023				2024				2025			
			Trimestre				Trimestre				Trimestre				Trimestre				Trimestre				Trimestre			
			1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Comportamentos Aditivos	Ações de formação para profissionais da comunidade educativa	ET CDT Agrupamentos de Escolas																								
	Implementação de um programa de intervenção ao nível dos comportamentos aditivos	ET CDT Agrupamentos de Escolas																								
	Realizar uma formação para munir técnicos com o Know-how específico	CDT ET																								
	Momento de partilha e reflexão para replicar exemplos de boas práticas e abordagens integradas																									
	Estabelecer parceria formal ou informal com o CARDA de Aveiro	ASI																								
	Momento de reflexão entre os diferentes parceiros para avaliar e repensar a estratégia de intervenção																									

Legenda

Data a definir durante este período

Período limite/crítico

Durante

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE ÍLHAVO

Prioridade	Ação	Parceiros	2020				2021				2022				2023				2024				2025			
			Trimestre				Trimestre				Trimestre				Trimestre				Trimestre				Trimestre			
			1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Diversidade Cultural	Guia de recursos traduzido	SAFE CMI																								
	Sessões de informação/formação sobre empregabilidade	SAFE CMI																								
	Evento/ação dedicado à migração e interculturalidade	CMI IPSS																								
	Evento/ação dedicado à migração e interculturalidade nas escolas	CMI Agrupamentos de escolas																								
	Momento de reflexão entre os diferentes parceiros para avaliar e repensar a estratégia de intervenção																									
Habitação	Celebrar protocolo com as Juntas de Freguesia	Juntas de Freguesia																								
	Reformulação do regulamento do FMAFIC	CMI																								
	Momento de reflexão entre os diferentes parceiros para avaliar e repensar a estratégia de intervenção																									
Respostas Sociais	Encontro com o Núcleo de Respostas Sociais																									
	Momento de reflexão entre os diferentes parceiros para avaliar e repensar a estratégia de intervenção																									
	Momento de reflexão sobre as respostas para diversificar as respostas																									
	Formação/sensibilização para técnicos/profissionais e cuidadores																									

Legenda

Data a definir durante este periodo

Periodo limite/critico

Durante



Modelo de monitorização, acompanhamento e avaliação

A monitorização, acompanhamento e avaliação são três componentes de extrema importância em qualquer processo de planeamento e intervenção social. Através deste processo diacrónico podemos corrigir ou melhorar em tempo útil o que está previsto no plano, minimizando assim o afastamento da realidade e o desperdício de recursos.

É este processo que vai permitir verificar a eficácia e eficiência do PDS, potenciando, se for necessário, a introdução de correções e/ou alterações que garantam que o PDS é efetivamente um instrumento de desenvolvimento social e local do concelho, apelando para a capacidade de explorar e potenciar intervenções já existentes e evitar a sobreposição e criando complementaridades e sinergias, evitando intervenções descontextualizadas, dispersas e sem impacto.

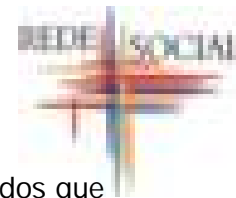
Modelo de avaliação para PDS

A avaliação do PDS permite a consciencialização por parte dos envolvidos quer das potencialidades como dos constrangimentos das dinâmicas implementadas e a necessidade de se adaptarem ou inovar. A avaliação permitirá reorientar ou transformar as práticas de forma a adequá-las às alterações que vão decorrendo na sociedade, minimizando o desperdício de recursos. Por sua vez, é também uma oportunidade para conhecer as potencialidades e constrangimentos em tempo útil, o que pode conduzir à integração de novos projetos e intervenções ou valorização de outras já existentes sem correr o risco de ter sobreposições, intervenções dispersivas ou sem o impacto previsto.

Monitorização e acompanhamento

Durante o período de implementação de todo o PDS, haverá momentos de monitorização e acompanhamento, onde se pretende responder a questões que permitam comparar o que está a acontecer com o que era previsto acontecer, tais como:

- ✓ As dinâmicas realizadas estão a ser concretizadas no tempo que estava previsto?
- ✓ Os resultados esperados estão a corresponder com o planeado de modo eficiente?
- ✓ Que decisões são necessárias para ajustar o trabalho planeado no sentido de ir ao encontro do previsto/responder a novas necessidades?



- ✓ Será que o que está programado continua a ser pertinente para os resultados que se esperam alcançar?
- ✓ Do que foi já realizado, que aprendizagens devemos reter?

Este trabalho deve ser valorizado, implementado e coordenado pelo Núcleo Executivo, devendo, no entanto, contar com o envolvimento de todos os parceiros, que para além de participarem em cada processo de monitorização, devem receber sempre as respetivas conclusões.

Este processo facilita o alcance pelos objetivos propostos uma vez que vai sustentando todo o planeamento e execução, garante coerência, minimiza conflitos, permite o reajustamento sempre que necessário, valorizando e envolvendo cada parceiro, sentindo-se assim mais responsável.

Em cada monitorização, deve preencher-se a tabela que se apresenta:

Prioridade	Estratégia	Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Meta	Indicadores de recurso	Indicadores de realização	Indicadores de resultado

Avaliação no contexto de intervenção em rede

No que se reporta à avaliação no contexto de intervenção, esta permite dinamizar e envolver os parceiros em momentos de partilha de interesses, de forma responsável e participada, auto avaliando o progresso das estratégias implementadas, mobilizando-os ativamente e distribuindo as tarefas/responsabilidades por todos.

Este processo deve ser contínuo, intermédio e final garantindo assim uma comparação entre o previsto e o realizado e em caso de desvios, facilita a readaptação da intervenção em rede, para que na avaliação final resulte num levantamento de boas práticas, identificando novas necessidades e onde sejam notórias as mudanças e o impacto deste desenvolvimento.



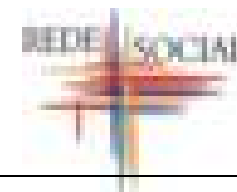
Anexos



Matriz e enquadramento lógico segundo os eixos de intervenção

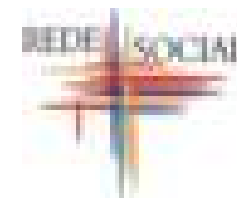
I – Eixo de Intervenção	Indicadores	Fontes de Verificação	Atores Sociais Envolvidos
<p>Comportamentos Aditivos: Prevenir, reduzir/minimizar danos e reinserir pessoas com comportamentos aditivos</p>	<p>Existência de um programa de intervenção ao nível dos comportamentos aditivos em cada agrupamento de escolas no decorrer do ano letivo 2021/2022</p> <p>Realização de momentos de partilha e reflexão anuais para replicar exemplos de boas práticas e abordagens integradas</p> <p>Alcançar a reintegração social de 5% dos casos acompanhados por problemas de adição</p> <p>Existência de ações de formação para qualificação de profissionais da comunidade educativa em todos os agrupamentos</p> <p>Realização de uma formação para técnicos até 2023</p> <p>Realização de momentos de reflexão anuais com diferentes parceiros – monitorização</p>	<p>Plano anual de atividades de cada agrupamento</p> <p>Planos de ação anuais</p> <p>Contratualizações para a inserção/avaliações</p> <p>Plano anual de atividades de cada agrupamento Adesão da comunidade educativa/nº de participantes Avaliação pelos participantes do impacto da formação</p> <p>Adesão dos técnicos à formação/nº de participantes Avaliação pelos participantes do impacto da formação Vontade dos participantes em realizar mais do que uma formação e sua eventual realização</p> <p>Relatórios de monitorização/atas dos momentos de reflexão</p>	

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE ÍLHAVO



II – Eixo de Intervenção	Indicadores	Fontes de Verificação	Atores Sociais Envolvidos
<p>Diversidade Cultural: Proteger os mais vulneráveis e desfavorecidos, garantindo a igualdade de oportunidades e a correção de desigualdades na distribuição de riqueza e rendimento</p>	<p>Existência de um guia de recursos, traduzido, sobre os direitos e deveres do cidadão e os recursos existentes</p> <p>Evento/ação anual sobre migração e interculturalidade</p> <p>Realização de eventos/ações anuais em todos os agrupamentos de escolas sobre a migração e interculturalidade</p> <p>Realização de sessões de informação/formação sobre empregabilidade</p> <p>Realização de momentos de reflexão anuais com diferentes parceiros – monitorização</p>	<p>Guia de Recursos Traduzido</p> <p>Plano de ação do ASI / comparação de resultados entre os diferentes anos</p> <p>Plano anual de atividades</p> <p>Plano de ação do ASI</p> <p>Relatórios de monitorização/atas dos momentos de reflexão</p>	

III – Eixo de Intervenção	Indicadores	Fontes de Verificação	Atores Sociais Envolvidos
<p>Habitação: Garantir o acesso ao direito à habitação</p>	<p>Criação de um protocolo com as Juntas de Freguesia para alojamento de emergência no ano 2020</p> <p>Alteração ao regulamento do FMAFIC no ano 2020</p> <p>Realização de momentos de reflexão anuais com diferentes parceiros – monitorização</p>	<p>Protocolo</p> <p>Situações encaminhadas</p> <p>Regulamento</p> <p>Relatórios de monitorização/atas dos momentos de reflexão</p>	



IV – Eixo de Intervenção	Indicadores	Fontes de Verificação	Atores Sociais Envolvidos
<p>Respostas Sociais: Promover o alargamento e a diversificação das respostas sociais dirigidas à infância, envelhecimento e saúde mental</p>	<p>Realização de encontros anuais com o Núcleo de Respostas Sociais do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro</p> <p>Realização de momentos de reflexão anuais com diferentes parceiros – monitorização</p> <p>Realização de encontros para reflexão sobre respostas, ainda que tipificadas, possam diversificar a sua intervenção respondendo às necessidades específicas da população</p> <p>Dinamização de sessões anuais no âmbito da formação/sensibilização para técnicos/profissionais e cuidadores</p>	<p>Relatórios/atas de encontros Registo de presenças</p> <p>Relatórios de monitorização/atas dos momentos de reflexão</p> <p>Plano de ação do ASI Relatórios/atas conclusões dos encontros Lista de presenças</p> <p>Plano de ação do ASI Lista de presenças Avaliação de impacto pelos participantes Nº de sessões realizadas</p>	

Dispositivos de Planeamento Integrado

Sistema de articulação

De acordo com os fins a que se propõe a Rede Social, procura-se com o PDS a integração do máximo de parceiros e iniciativas locais para o desenvolvimento de um projeto global e concertado que permita caminhar para um desenvolvimento sustentado e sustentável, resultante de ações integradas que respondam eficazmente aos diferentes problemas e fenómenos de exclusão social.

Para tal, é necessário fomentar momentos de partilha e reflexão conjunta, onde todos possam manifestar as suas necessidades, limitações e oportunidades, decidindo de forma participada sobre o caminho a seguir.

Contextos de integração

Face ao exposto, optou-se por definir momentos que permitissem a articulação, envolvimento e valorização de todos, não só no decorrer da implementação do PDS, mas desde o primeiro passo de construção do mesmo.

Assim, numa primeira fase de planificação, e aprovados os eixos estratégicos prioritários, foram agendadas reuniões com os principais intervenientes sociais em cada eixo. Pretendeu-se definir os objetivos e compromissos para cada parceiro de forma a organizar toda a dinâmica, calendarização de ações e obrigações decorrentes da implementação do PDS.

Posteriormente, procurou-se agendar encontros formais de reflexão e avaliação, com os parceiros envolvidos em cada dinâmica, no sentido de perceber o que foi realizado, o impacto que está a ter junto da comunidade, o tipo de estratégia que pode ser readaptada, valorizada ou rentabilizada. Assim como reuniões “informais”, de apoio aos parceiros para a preparação de atividades/dinâmicas mais específicas no decorrer da implementação do PDS.

Pretende-se com esta metodologia promover ações que garantam um planeamento integrado e participado, envolvendo todos os parceiros numa aprendizagem contínua, que otimize e rentabilize os recursos disponíveis na comunidade de forma a contribuir para a implementação e dinamização de ações que apoiem, desenvolvam, promovam e envolvam a população e toda a comunidade.

✓ **Compromisso e contratualização para a ação**

Possibilidades de Articulação		Formas de articulação
CLAS	Objetivos	- Criação de Fóruns de articulação anual
	Metodologia	- Definição e avaliação de intervenções
	Resultados	- Implementação de um Sistema de Informação
Articulação entre serviços:	Objetivos	- Avaliação e reflexão sobre as dinâmicas implementadas e a implementar
	Metodologia	- Constituição de um núcleo técnico que inclui representantes de todas as áreas – para reuniões anuais de monitorização/reflexão
	Núcleo executivo do CLAS ASI / NLI CPCJ CDT CRI	- Preparação de propostas de ação que permitam rentabilizar as dinâmicas de acordo com as alterações sociais, os objetivos propostos, os que estão alcançados e os que se pretendem alcançar
	Resultados	- Valorização e aumento dos recursos disponíveis - Maior articulação, responsabilidade e complementaridade - Coerência global da intervenção - Uniformização de procedimentos com suportes e linguagens comuns na abordagem dos problemas

Integração de instrumentos locais de planeamento

✓ **Plano Estratégico do Município de Ílhavo**

Tem subjacente a pertinência da inclusão de informação inovadora e relevante para a compreensão da realidade concelhia do território de Ílhavo. Através dele, é possível conhecer melhor o concelho, identificando os caminhos de desenvolvimento trilhados nas últimas décadas. É dado um especial destaque ao comportamento dos indicadores mais relevantes e a sua evolução, comparada com diferentes escalas territoriais. Todo este conhecimento permite sustentar as potencialidades e

constrangimentos para o futuro do concelho, tal como as oportunidades e riscos expectáveis.

✓ **Carta Educativa Município de Ílhavo**

A Carta Educativa surgiu a partir da necessidade de envolver cada vez mais a comunidade local na educação e de a tornar cada vez mais construtora da educação que quer. Por isso se faz o esforço de mapear a rede dos equipamentos educativos e escolares, existentes em cada território, de conhecer a sua distribuição pelo território e de identificar eventuais lacunas.

Integração de instrumentos regionais e nacionais

✓ **Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018 – 2030**

Tem como preocupação central a eliminação dos estereótipos, apresentados nos três Planos de Ação, a saber, Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH); o Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD) e o Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC).

De destacar, que esta estratégia assenta em três linhas de atuação transversais: a interseccionalidade, resultando a discriminação da intersecção de múltiplos fatores; a territorialização, reforçando que as políticas públicas devem adequar-se às características e necessidades territoriais e as parcerias, numa lógica de partilha de práticas, de corresponsabilização e de otimização de meios e redes.

✓ **Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**

“A nova Agenda das Nações Unidas para 2030 constitui um plano de ação centrado nas pessoas, no planeta, na prosperidade, na paz e nas parcerias (5P), tendo como objetivo final a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, no âmbito do qual todos os Estados e outras partes interessadas assumem responsabilidades próprias no que diz respeito à sua implementação, enfatizando-se que ninguém deve ser deixado para trás.” No caso específico de Portugal, tem-se defendido “um ajustamento que permita acompanhar a escala do compromisso político assumido, sublinhando a

necessidade de garantir a eficiência e eficácia de um sistema que se deverá basear numa articulada cooperação e complementaridade entre os diferentes atores, nos planos global, regional e nacional, explorando as sinergias e interdependências entre as respetivas competências e estratégias, evitando duplicação e procurando maximizar capacidades e impacto." (Cabaço, 2017)

A articulação da Agenda 2030 no PDS materializam-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 3, 4, 5, 8, 10, 16 e 17:

- Pessoas – expressando a intenção de minimizar a pobreza e fome, nas diferentes formas e dimensões, garantindo o pleno exercício de cidadania, com dignidade e igualdade num ambiente saudável. Valorizando:
 - Erradicar a pobreza;
 - Saúde de Qualidade;
 - Educação de Qualidade;
 - Igualdade de Género.
- Prosperidade – garantir que todos possam disfrutar de uma vida próspera e realizada, garantindo que o desenvolvimento económico, social e tecnológico decorra em harmonia com a natureza. Onde se valoriza:
 - Trabalho Digno e Crescimento Económico;
 - Reduzir as Desigualdades.
- Paz – promovendo uma sociedade pacífica, justa e inclusiva, sem medo nem violência, valorizando a necessidade de haver paz para a promoção do desenvolvimento sustentável. Destacando:
 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.
- Parcerias – desenvolvendo todas as ações através de parcerias assentes no espírito de solidariedade global, com especial atenção aos mais pobres e vulneráveis sem deixar ninguém para trás.
 - Parcerias para a implementação dos objetivos.

✓ **Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação Sem Abrigo – 2017/2023**

Para alcançarmos, promovermos ou desenvolvermos um território que seja socialmente coeso, necessitamos, entre outros, de uma dimensão de inclusão socioeconómica. De entre as diferentes realidades e proveniências, as pessoas sem-abrigo são uma expressão clara de exclusão social.

“Independentemente da sua condição de origem socioeconómica e cultural, as situações de sem-abrigo resultam de uma combinação múltipla de circunstâncias ambientais (acesso a habitação, a recursos económicos e segurança) e fatores individuais (físicos, psíquicos, de relacionamento interpessoal) que importa considerar na análise e desenho de medidas de política local dirigidas à eliminação e prevenção de situações de sem-abrigo. Mas o problema das pessoas em situação de sem-abrigo envolve toda uma série de outras situações tais como: acomodação, temporária ou transitória, em centros de alojamento de emergência, alojamento temporário em casa de amigos ou familiares, pessoas obrigadas a abandonar instituições e que não têm alojamento, pessoas ameaçadas de despejo ou que vivem num alojamento inadequado ou pouco seguro.”

✓ **Programa Nacional de Saúde Escolar**

“Orientador das políticas nacionais de promoção da saúde e do bem-estar em meio escolar, visa contribuir para mais saúde, mais educação, mais equidade e maior participação e responsabilização de todos com o bem-estar e a qualidade de vida de crianças e jovens. No âmbito da promoção de contextos escolares favoráveis à adoção de estilos de vida mais saudáveis e à melhoria da literacia para a saúde, o Programa intervém nas áreas da saúde mental e competências sócio emocionais, educação para os afetos e a sexualidade, alimentação saudável e atividade física e desportiva, higiene corporal e saúde oral, hábitos de sono e repouso, educação postural, prevenção do consumo de tabaco, bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, bem como de comportamentos aditivos sem substância.” (Cabaço, 2017)

✓ **Programa Nacional para a Saúde Mental**

Procura “assegurar a toda a população portuguesa o acesso a serviços habilitados a promover a sua saúde mental, prestar cuidados de qualidade e facilitar a reintegração e a recuperação das pessoas com doença mental”. Tem como missão o desenvolvimento de programas de recomendações de forma a “assegurar o acesso equitativo a cuidados de qualidade a todas as pessoas com problemas de saúde mental do país, incluindo as que pertencem a grupos especialmente vulneráveis; Promover e proteger os direitos humanos das pessoas com problemas de saúde mental; Reduzir o impacto das perturbações mentais e contribuir para a promoção da saúde mental das populações; Promover a descentralização dos serviços de saúde mental, de modo a permitir a prestação de cuidados mais próximos das pessoas e a facilitar uma maior

participação das comunidades, dos utentes e das suas famílias". (Programa Nacional para a Saúde Mental, 2017)

✓ **Plano Estratégico para as Migrações**

As exigências do momento presente, nos planos demográficos, económico e social, impõem uma estratégia transversal articulada tendo por base políticas que permitam maximizar os recursos disponíveis. Os atuais desafios impõem o desenvolvimento de um plano estratégico na área das migrações assente em cinco eixos políticos prioritários:

- Eixo I – Políticas de integração de imigrantes
- Eixo II – Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais
- Eixo III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios
- Eixo IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios
- Eixo V – Políticas de reforço da ligação, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes

Referências Bibliográficas

- Azeméis, N. E.-R. (2016). Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Oliveira de Azeméis 2016-2018. Oliveira de Azeméis , Portugal : Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis .
- Cabaço, L. (16 de junho de 2017). Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, por ocasião da Apresentação Nacional Voluntária no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas. Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Departamento de investigação e conhecimento - Núcleo da Rede Social. (2002). Plano de Desenvolvimento Social. Lisboa: Instituto de Desenvolvimento Social.
- Instituto da Segurança Social, I. (2004). *Guião Prático para a Implementação da Rede Social* . Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P .
- Núcleo Executivo - Rede Social Aveiro . (2019). Plano de Ação 2019. Aveiro , Portugal : Câmara Municipal de Aveiro .
- Núcleo Executivo - Rede Social de Aveiro . (outubro de 2014). Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Aveiro . Aveiro , Portugal : Câmara Municipal de Aveiro .
- Núcleo Executivo - Rede Social de Ílhavo. (novembro de 2014). Plano de Desenvolvimento Social de Ílhavo 2014 - 2016. Ílhavo, Portugal: Câmara Municipal de Ílhavo.
- Núcleo Executivo - Rede Social de Vila Nova de Famalicão. (2015). *Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020*. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Núcleo Executivo - Rede Social do Sabugal . (2015). Plano de Desenvolvimento Social 2020 . Sabugal , Portugal : Câmara Municipal do Sabugal .
- Programa Nacional para a Saúde Mental. (outubro de 2017). Programa Nacional para a Saúde Mental. Lisboa, Portugal: Direção Geral de Saúde .
- Saúde, M. d.-D. (s.d.). Programa Nacional de Saúde Escolar - Despacho n.º 12.045/2006 (2.ª série) .
- Trancoso, N. E.-R. (19 de julho de 2018). Plano de Desenvolvimento Social . *Conselho Local de Ação Social de Trancoso 2018 - 2020*. Trancoso , Portugal : Câmara Municipal de Trancoso .

Legislação

- Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de junho. Diário da República n.º 114/2006, Série I-A. Regulamenta a rede social, definindo o funcionamento e as competências dos seus órgãos, bem como os princípios e regras subjacentes aos instrumentos de planeamento que lhe estão associados, em desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de maio. Diário da República n.º 85/2007, 1º Suplemento, Série I. Aprova o Plano para a Integração dos Imigrantes (PII)